

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Às 14h15 estavam presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para estarem conosco na mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral do Ministério Público catarinense;

Excelentíssimo senhor Antenor Chinato Ribeiro, subprocurador-geral do MPSC;

Excelentíssimo senhor José Galvani Alberton, também subprocurador-geral do MPSC.

Sejam bem-vindos a esta Casa! É um prazer recebê-los para que possamos ouvir o relatório de atividades do Ministério Público de 2011, mas não sem antes dizer da alegria por termos em Santa Catarina um Ministério Público tão atuante e prestimoso com a nossa sociedade.

V.Exa., dr. Lio, tem a palavra pelo tempo que for necessário para que possamos cumprir um preceito constitucional e também informar Santa

Catarina das ações do Ministério Público de nosso estado. Seja bem-vindo, juntamente com os seus pares!

O SR. PROCURADOR LIO MARCOS MARIN - Excelentíssimo sr. presidente desta augusta Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e excelentíssimos srs. deputados, é uma honra ao Ministério Público estar, hoje, na nossa Casa, na Casa do Povo, para prestar contas das atividades deste Ministério Público durante o exercício de 2011.

Também agradeço a presença dos meus colegas membros do Ministério Público que se fazem presente aqui, dos srs. jornalistas e da sociedade em geral.

A presença do Ministério Público, hoje, aqui, é para dar cumprimento ao disposto no art. 101 da Constituição Estadual, que estabelece que o procurador-geral de Justiça comparecerá anualmente à Assembleia Legislativa para, em sessão pública, relatar as atividades do Ministério Público. Então é isso que faremos hoje.

Preparamos uma rápida apresentação de um resumo das atividades que reputamos de maior relevância. Também já distribuimos, e acredito que esteja nas mãos de todos os srs. deputados, o material impresso com informações mais detalhadas a respeito das atividades, no qual conseguirão, se for necessário, mais elementos, mais informações ou mais detalhes sobre as nossas atividades e sobre a forma de agir da nossa instituição.

Sabedor das inúmeras atividades e dos compromissos dos srs. parlamentares, vamos procurar ser o mais breve possível, ficando, posteriormente, à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

(Procede-se à apresentação de *slides*.)

Como disse, fizemos algumas apresentações que eu tomo a liberdade de ir mostrando aos senhores.

A missão do Ministério Público, dada pela própria Constituição Federal, é fazer a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Vamos mostrar a estrutura do Ministério Público rapidamente, para que os senhores conheçam alguma coisa sobre a nossa estrutura e o nosso funcionamento.

Hoje o Ministério Público é composto por 327 promotores de Justiça espalhados em 110 comarcas do estado. Temos 407 cargos criados, desses, efetivamente, temos 380 implantados. É bom que se diga que muitos dos cargos criados por esta Casa a pedido nosso, não são imediatamente implantados, instalados. Então, temos no quadro, na verdade, 407 cargos, mas são 380, aproximadamente, ocupados.

São 327 promotores de Justiça na ativa, o que significa que hoje o Ministério Público está com um déficit de pessoal de, aproximadamente, 60 membros. Esse é o número de promotores que falta nas Promotorias e para o seu preenchimento é necessária a realização de concurso público. Isso na estrutura de primeiro grau. Na estrutura do segundo grau temos 50 cargos de procuradores, mas os que estão instalados, efetivamente, são 48 procuradores de Justiça.

Temos ainda na parte administrativa 995 servidores, todos cargos efetivos, e 1.371 colaboradores. Desses, teríamos, aproximadamente, 1.057 cargos de estagiários, localizados principalmente nas Promotorias de Justiça, cujo apoio técnico-jurídico é feito por estudantes de Direito.

É uma mão-de-obra relativamente qualificada, que nos dá um bom suporte técnico, com um custo bastante reduzido, sem onerar a folha. É a forma que o Ministério Público encontra para bem atender à sociedade e dar vazão à sua demanda.

Outro dado que é importante é em relação à estrutura. A população de Santa Catarina, pelos dados do IBGE de 2010, era de 6.249 milhões de habitantes. Há um estudo que indica que o ideal seria termos um promotor de Justiça para cada grupo de 10 mil habitantes. Nós temos no estado de Santa Catarina um promotor de Justiça para cada grupo de 19 mil habitantes. Isso demonstra que estamos com certa defasagem para chegarmos próximo

ao ideal. Mas também sabemos das limitações financeiras, orçamentárias, e ficamos tentando trabalhar dentro da nossa realidade para chegarmos o mais perto possível desse ideal.

Ainda nas nossas atividades temos o Colégio de Procuradores, com 48 membros, que é o grupo que reúne todos os procuradores de Justiça em atividade. Ele é presidido pelo procurador-geral de Justiça, e suas principais funções são: aprovar a proposta orçamentária, criar cargos, ser ouvido quando há modificação na Lei Orgânica, decidir sobre atribuições de membros, entre outras atividades.

O colégio se reúne uma vez por mês - e por isso os senhores vão ver que o número de sessões parece um pouco reduzido - para essas avaliações. Foram feitas seis reuniões extraordinárias no ano passado, mas o que é importante destacar é que todos os procuradores de Justiça que compõem esse colégio têm as suas atividades normais, diárias, de sessão no Tribunal de Justiça e de análise de processos. Enfim, eles têm um volume de serviço bastante grande que não se restringe às sessões do Colégio de Procuradores. Essa é uma atividade que também está afeta a eles.

O Conselho Superior também é presidido pelo procurador-geral de Justiça e é composto por nove membros, sendo dois natos: o procurador-geral de Justiça e o corregedor-geral do Ministério Público, além de sete membros eleitos, sendo dois por integrantes do segundo grau e cinco integrantes do primeiro grau.

O Conselho Superior decide a respeito da movimentação da carreira: promoções e remoções dos membros, elabora regulamentos de concursos ou homologa também a aprovação nos concursos, além de decidir sobre afastamento de membros em eventuais processos disciplinares.

Mas a atividade mais importante que imputamos ao Conselho Superior é a análise dos procedimentos administrativos feitos pelo Ministério Público, ou seja, os inquéritos civis e os procedimentos preparatórios, nos quais resultam os termos de ajustamento de conduta. Todos esses procedimentos

- e isso é importante que os senhores saibam -, depois de feitos na comarca pelo promotor de Justiça, são encaminhados para esse Conselho Superior composto por esses nove procuradores de Justiça, os quais vão avaliar se aquele termo de ajustamento de conduta preenche os requisitos legais, atende aos interesses sociais e está de acordo com a legislação.

No ano passado, foram analisados pelo Conselho Superior 3.248 desses procedimentos. Houve 22 sessões ordinárias e quatro sessões extraordinárias.

Esse é um trabalho também de orientação. Além de fazer a análise desses processos, é uma forma de orientar os promotores de Justiça a bem conduzir os assuntos de interesse do Ministério Público e da sociedade.

Temos também a Corregedoria-Geral de Justiça - e o corregedor está aqui presente -, à qual cabe a análise do trabalho dos promotores de Justiça em estágio probatório e toda a fiscalização e controle do comportamento e da conduta dos membros do Ministério Público.

A Corregedoria-Geral, no ano passado, analisou 1.700 relatórios de estágio probatório, que são justamente daqueles promotores de Justiça que estão em estágio probatório, ainda sob a avaliação da instituição, para ver se são confirmados ou não na carreira. Realizou também 107 correições - e esse é um número bastante significativo, porque 1/3 dos promotores foram correicionados, foram verificados se estavam em dia, se o desenvolvimento do trabalho está de acordo. Isso representa que a cada três anos todos os promotores de Justiça são verificados pela nossa Corregedoria, o que é uma atividade bastante eficiente.

Também - e são alguns dados resumidos - existem três sindicâncias e nove processos administrativos instaurados, o que representa que o Ministério Público, em 2011, também apurou, responsabilizou e instaurou procedimentos contra promotores de Justiça, quando representados ou quando eles cometem falta. Ou seja, promotores de

Justiça também respondem a processos, para os senhores saberem.

Outra atividade que merece destaque é que toda vez que a Corregedoria vai às comarcas, ela oficia previamente o prefeito, a Câmara de Vereadores, os delegados e todas as autoridades do local, comunicando quando estará lá e colocando-se à disposição para conversar com essas autoridades, justamente para, se for o caso, receber denúncias, reclamações, elogios, enfim, tudo que tenha relação à atividade do Ministério Público naquela comunidade.

Então, há uma aproximação e um contato com as autoridades para a avaliação efetiva da atividade do Ministério Público para que sejamos também fiscalizados de forma bastante transparente e precisa.

Dentro das outras estruturas do Ministério Público, temos a Coordenadoria de Recursos, que é um órgão destinado a analisar os processos julgados pelo Tribunal de Justiça nos casos em que haja interesse do MPE. Eles fazem essa avaliação juntamente com todos os procuradores de Justiça, cuja atribuição é natural para isso. No ano passado essa coordenadoria analisou 10.745 acórdãos. Esse é um número bastante significativo para quem conhece o processo e sabe que alguns têm vários volumes, uma matéria bastante complexa. Além disso, 562 processos foram requisitados para estudo mais detalhado, 200 recursos foram interpostos e 1.194 recursos foram contrarrazoados.

Esse é um órgão que está com uma produtividade bastante grande e hoje é ocupado por dois procuradores de Justiça, dois promotores que assessoram e mais uma equipe de servidores e estagiários, mas não muito significativa, pela dimensão de trabalho que eles têm.

A Ouvidoria é o nosso canal de comunicação com a sociedade. Ela tem um dado interessante: foi a primeira Ouvidoria do Ministério Público instalada no Brasil por meio de uma lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa. Então, fomos pioneiros no Brasil.

Desde a sua instalação - e o dr. Alberton pode dizer-me a data, que não sei precisar agora, mas foi na sua época como procurador-geral - já teve um crescimento de mais de 1.000%, segundo informações do atual ouvidor. Além do trabalho normal, vai muito além e faz um trabalho pedagógico de orientação, informação e encaminhamento para todas as pessoas e órgãos que a procuram e entram em contato com o Ministério Público.

Em 2011 foram realizados 5.584 contatos com a Ouvidoria, 4.572 denúncias, 559 pedidos de informação, 321 críticas ou reclamações e 64 sugestões e comentários. A tudo isso a Ouvidoria deu os devidos encaminhamentos.

As Procuradorias de Justiça tiveram um trabalho imenso em 2011. Basta analisar os números na tabela abaixo. Se pegarmos o número de processos e dividirmos pelo número de procuradores, considerando que vários procuradores estão afastados de suas funções originárias para atividades administrativas, verão que há um percentual bastante grande de trabalho para cada um.

	área	2010	2011	Evolução
Processos Distribuídos	Criminal	11.710	14.253	+ 21,72%
	Cível	13.962	22.166	+ 59%
	TOTAL	25.672	36.419	+ 41,86%
Pareceres Emitidos	Criminal	11.622	13.474	+ 15,93%
	Cível	13.784	21.181	+ 53,66%
	TOTAL	25.406	34.656	+ 36,41%

Outro dado importante é o crescimento da demanda de serviço. Entre 2010 e 2011 o número de processos de segundo grau, ou seja, que foram aos procuradores, cresceu significativamente, tanto na área criminal quanto na área cível.

Infelizmente, estamos com uma pequena defasagem e teremos que tomar uma providência para que não aumente esse volume de serviço. Esses são dados para o seu conhecimento.

Dentre as atividades administrativas, também gostaria de destacar rapidamente algumas que estamos implementando, como o planejamento estratégico. Pensamos que, assim como todas as instituições, o Ministério Público precisa fazer o seu planejamento, sua avaliação e definir os seus rumos, avaliar se, efetivamente, está sendo produtivo, contribuindo e dando o retorno social que os cidadãos esperam.

Já estamos num estágio bastante adiantado e imaginamos que até meados deste ano o nosso planejamento esteja concluído para que tenhamos uma diretriz melhor de atuação.

Estamos procedendo à ampliação dos nossos espaços físicos e hoje estamos fazendo mudança, ocupando os espaços locados em condições bastante precárias e necessitando de mais lugares. Foi feito no meio do ano passado um levantamento e por força disso até uma avaliação entre locação e aquisição. Acabamos por adquirir um edifício próximo ao Ticen, onde irão ser instaladas as Promotorias, principalmente as da Coletividade, que são as que têm mais atendimento ao público, facilitando, inclusive, a locomoção dos cidadãos. Há um terminal de ônibus perto, o centro fica próximo e uma boa parte da nossa área administrativa vai para lá. Com isso vamos devolver dois prédios locados, o que representará uma economia significativa de recursos para o Ministério Público, o que, por uma questão de logística, também vai facilitar o nosso trabalho.

Segundo estudos, em menos de 15 anos teremos o investimento completamente recuperado por conta do

valor dos aluguéis que iríamos pagar, sem contar despesas diferentes. De acordo com os nossos cálculos, na verdade, em menos de 11 anos todo o dinheiro investido naquele prédio estará recuperado para o Ministério Público e haverá um patrimônio efetivo para a sociedade, porque o patrimônio do Ministério Público é público.

Graças à sensibilidade e à contribuição da Assembleia Legislativa, no ano passado tivemos a criação de 11 cargos de promotor de Justiça e a instalação de 21 Promotorias de Justiça: 13 no interior e oito na capital. Parece uma distorção o fato de serem criados 11 cargos e instalados 21 Promotorias, mas é que tínhamos 407 cargos já criados e alguns não instalados. Assim, conforme a necessidade, a possibilidade financeira e a disponibilidade de espaço fazemos a instalação na medida do possível, sempre visando ao melhor atendimento à sociedade.

Estamos tentando priorizar - e pensamos que deve ser desta forma - o fato de o Ministério Público trabalhar em conjunto com os demais órgãos públicos e com a sociedade. Assim, assinamos termo de cooperação com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo para a destinação dos veículos apreendidos, porque havia mais de 30 mil veículos recolhidos, ocupando espaço, causando prejuízo, poluição ambiental etc.

Firmamos um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça para aprimorar o acompanhamento do sistema socioeducativo em todo o estado. Inclusive, foi baixada uma portaria instaurando um inquérito no Ministério Público para a verificação em todo estado da situação da aplicação das medidas socioeducativas para os adolescentes, haja vista, no entendimento do Judiciário e do Ministério Público, ser essa a fase em que deve haver o maior cuidado para evitar que os adolescentes progridam no mundo da marginalidade. Então, serão aplicadas medidas socioeducativas e feito um bom acompanhamento.

Também houve a cessão de um *software* do Ministério Público para o Instituto Geral de Perícias, o que facilita principalmente a

recuperação de dados digitados, facilitando sobremaneira a produção de provas para os processos. Uma parceria entre o Ministério Público e o IGP.

Tivemos a assinatura de um convênio com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina para a compatibilização e uso dos nossos acervos.

Firmamos também cooperação com a SaferNet/Brasil, uma ONG que atua no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes na *internet*, bem como parceria com o Tribunal de Contas, com a Assembleia Legislativa, especialmente na esfera da infância e juventude, divulgando a adoção, o combate ao abuso infantil, etc.

Assim, rapidamente, para não tomar muito o tempo de v.exas., gostaríamos de apresentar alguns itens em vídeo.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Dentro da política de comunicação, o Ministério Público, visando melhorar a sua comunicação com a sociedade, instituiu no ano passado uma política de comunicação que estabelece princípios e diretrizes para nortear a comunicação do Ministério Público e de seus membros com a imprensa, com a sociedade, visando dar transparência, dar conhecimento e orientar a sociedade no relacionamento e busca dos serviços por ele oferecidos.

Instituímos uma cartilha, e os senhores devem recebê-la, que auxilia os promotores e os procuradores de Justiça a se comunicar com o cidadão e com a imprensa, com o objetivo de informar efetivamente à sociedade o que fazemos a seu favor.

Realizamos no dia 30 um treinamento para aprimorar a nossa comunicação com a imprensa e melhorar a forma de transmissão para a sociedade daquilo que fazemos e como a população deve proceder em relação ao Ministério Público. Foram produzidos dez programas de alcance, entrevistas com membros do Ministério Público orientando o cidadão sobre diversos assuntos de interesse comunitário, de interesses do cidadão. Dois vídeos

institucionais, em formato de documentário e 20 vídeos e reportagens. Esses vídeos são transmitidos pela TVUFSC e estão disponíveis em nossa página e no *You Tube*.

Acessando o *You Tube* vocês verão que houve, inclusive, um crescimento de 21% do número de exibições em relação a 2010, o que tem sido bastante estimulante porque percebemos que a sociedade tem buscado essas informações, tem acessado esse material produzido pelo Ministério Público, que tem um efeito pedagógico bastante importante e que os retornos são muito interessantes.

Outro dado que reputamos importante é o acesso, a procura da sociedade em relação ao *site* do Ministério Público. Temos hoje 3.900 seguidores no *Twitter* e isso tem aumentado dia a dia. Na semana passada eram 3.800, para vocês terem ideia, nesta semana já atualizamos, são 3.900. Provavelmente no ano que vem, e no outro, passaremos dos quatro mil.

Também temos 600 mil acessos na nossa página, sendo que, desses, 260 mil são acessos únicos, quer dizer, não são várias pessoas fazendo vários acessos, são 260 mil cidadãos diferentes que acessaram a nossa página.

Então, o nosso contato, a nossa comunicação com a sociedade tem sido bastante efetiva e as áreas mais acessadas foram o Diário Oficial, a página das Promotorias de Justiça, a página do SIG e a do concurso para promotores de Justiça.

Temos alguns resultados, especialmente na esfera das ações judiciais. No ano passado oferecemos 33.575 denúncias, assim distribuídas:

1.Patrimônio.....	10.547
2.Código de Trânsito.....	4.693
3.Lei de drogas.....	3.949
4.Violência doméstica/relação familiar....	3.180
5.Coletividade/Código Penal Militar.....	1.969
6.Contra a Administração Pública.....	1.511
7.Homicídio.....	1.094
8.Criança e adolescente.....	1.049
9.Outros.....	5.583

Isso é importante para que possamos realizar alguns programas e estabelecermos algumas metas para tentar melhorar essa situação. Por exemplo, a violência doméstica está bastante grande, mas já estamos com uma campanha, srs. deputados, bastante forte, para minorar essa questão. Inclusive, no final do ano vamos fazer em Santa Catarina um encontro nacional sobre o tema, ao qual comparecerão todos os Ministérios Públicos interessados.

Os crimes ao patrimônio foram em maior número e aí estão compreendidos furtos, roubos, extorsões, estelionato, apropriação indébita, entre outros. Mas o campeão é o furto, somando 5.405 denúncias.

Muitas pessoas confundem o furto com o roubo. O furto é aquele em que não há violência contra a pessoa; o roubo é quando há violência contra a pessoa.

Segundo uma estimativa - e não temos dados oficiais quanto a isso -, a grande maioria desses furtos é justamente para manter o uso de tóxicos. Há, então, uma ligação muito forte com as drogas.

Há também uma situação que nos chama a atenção, que está relacionada ao Código de Trânsito, segundo maior número de delitos cometidos em Santa Catarina. Isso exige uma ação mais forte de todo o estado. São 4.693 crimes relacionados ao trânsito. Temos 20.055 transações penais, possíveis naqueles delitos criminais de menor potencial ofensivo. Nesses casos é oferecida pelo propositor da ação ao infrator uma transação penal.

O delito de trânsito é campeão com 1.529. Há, portanto, uma incidência de crimes de trânsito bastante significativa em nosso estado e talvez seja necessária uma campanha para melhorar esses números. Esses dados são importantes para direcionar as políticas públicas, efetivamente.

Quanto às drogas, os dados nos chamam bastante a atenção. São praticamente quatro mil crimes e desses, deputados, 2.316 são especificamente crimes de tráfico. É um contraste com o nosso

estado de Santa Catarina, pois temos um tráfico de drogas bastante significativo.

Esses são crimes que foram denunciados durante o ano de 2011 e que foram apurados, viraram inquéritos, viraram ações penais. Então, é também uma estatística, digamos assim, um índice bastante preocupante e que chama a nossa atenção.

Quanto às ações judiciais na esfera cível, vamos detalhar um pouquinho mais. As ações propostas pelo Ministério Público têm sido maiores na área da saúde. Temos muitos problemas porque essa é uma demanda que o Ministério Público recebe da sociedade. Temos ações de cunho coletivo, de direitos difusos, nas quais o Ministério Público tem legitimidade, efetivamente, para atuar.

As ações mais propostas na área da saúde relacionam-se à questão da moralidade administrativa, porque o Ministério Público é bastante demandado, já que as Câmaras de Vereadores e a própria sociedade encaminham diariamente uma quantidade bastante significativa de denúncias e fatos envolvendo essa área.

O meio ambiente também é uma área bastante demandada e a sociedade está bastante atenta a esse tema, o que acaba provocando o Ministério Público. Por conta disso, temos algumas ações propostas.

No ano passado, as Promotorias de Justiça atenderam a mais de 55 mil cidadãos. Refiro-me a atendimentos diretos de pessoas que foram aos gabinetes dos promotores de Justiça, sem contar outras formas de atendimento, como pelo telefone, e-mail, que é um meio tecnológico bastante usado e não devidamente computado. Isso demonstra que o promotor de Justiça ainda é bastante procurado, ou seja, a sociedade vai até o Ministério Público para reivindicar os seus direitos e fazer as suas denúncias.

Os números são os seguintes:

1.Saúde.....	339
2.Moralidade administrativa.....	259
3.Meio ambiente.....	236
4.Idoso.....	82

5. Consumidor.....	54
6. Portador de deficiência.....	47
7. Fundações.....	02
8. Outros.....	46

Agora farei uma rápida avaliação por área.

Na área criminal tivemos, no ano passado, 678 sessões de tribunal de júri em função de crimes contra a vida. Foram realizadas 24 inspeções em penitenciárias e 135, em delegacias. O Centro de Apoio Criminal é um órgão que recebe consultas dos promotores de Justiça. Temos vários Centros de Apoio para atender aos promotores de Justiça nas situações mais complexas, difíceis de resolver, para os quais tivemos 439 questionamentos.

Aqui vamos também fazer um rápido destaque de algumas operações que foram realizadas pelo Ministério Público durante 2011. Destaque-se que essas operações são todas na área criminal e no combate às organizações criminosas.

Elas foram realizadas pelos Gaecos - Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas. Os Gaecos são forças-tarefas compostas pela Polícia Civil e Militar, pela secretaria da Fazenda e pelo Ministério Público, coordenados pelo Ministério Público. Através dos Gaecos são desenvolvidas algumas operações, sendo que nem todas podem ser divulgadas.

São as seguintes as operações a destacar:

- Desbaratou quadrilha que cobrava por regalias para apenados em Brusque. Resultado: agente público condenado a 6 anos de prisão e policial militar condenado a 2 anos e 4 meses de prisão em regime fechado.

- "Jogo Duplo": desarticulou esquema de exploração ilegal de jogo de azar em Balneário Camboriú. Resultado: denunciadas 15 pessoas e afastados dos cargos os dois agentes públicos envolvidos no esquema.

- "Conexão Rio-Biguaçu": investigou crimes de lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Resultado: duas prisões, um deles era foragido do Rio de Janeiro.

- "Amigo Oculto": resultou na prisão em Brusque de Cláudio Adriano Ribeiro, o Papagaio, um dos principais assaltantes a carros fortes do estado.

- "Medicamentos": prisão de duas pessoas em Joinville por contrabando e venda de medicamentos proibidos no Brasil (abortivos e estimulantes sexuais).

- Desbaratou quadrilha que vendia drogas em Joinville e região com conexões em outros estados, inclusive dentro de presídios. Resultado: nove pessoas foram presas.

- "Simbiose": desbaratou esquema de emissão ilegal de licenças ambientais e favorecimento de empresa de consultoria em Joinville. Resultado: denunciadas 11 pessoas.

- Prisão em flagrante de dois vereadores de Abelardo Luz por extorsão.

- Fraude em Concurso Público: operação em Cunha Porã e em Barra Bonita resultou na apreensão de gabaritos e documentos.

- "Carta fora do baralho": desbaratou esquema que envolvia a participação de policiais militares em diversos crimes em Chapecó. Resultado: denunciados sete soldados do 2º Batalhão da Polícia Militar de Chapecó à Justiça Militar pelos crimes de peculato, concussão, prevaricação, abandono de posto, violação de sigilo funcional, patrocínio indébito e falsidade ideológica.

- Investigação de possíveis fraudes em pedidos de indenizações do Seguro DPVAT na região de Criciúma. Resultado: denúncia contra nove pessoas e na prisão temporária de três envolvidos na fraude.

- Combate ao tráfico de drogas: apreensão de 122 quilos de maconha em Criciúma e 15 pessoas denunciadas por tráfico de drogas; desarticulada quadrilha que agia no sul do estado.

- Fraude em votação na Câmara de Vereadores de Içara: propostas ações penais e ação de improbidade administrativa.

- "Alta Tensão": desbaratou quadrilha que furtava energia elétrica em Lages. Foram cumpridos 43 mandados de busca e apreensão.

- Expedição irregular de licença ambiental. Resultado: 12 pessoas denunciadas em São José do Cedro.

- Imigração: 4 pessoas presas por falsificar documentos no sul do estado.

Todas as ações estão bem detalhadas no relatório que foi entregue a v.exas. para que vejam que são questões das mais diversas naturezas envolvendo a área da moralidade, do crime normal, do tráfico, da imigração, de fraudes. Há ações de toda natureza.

Estamos dando muita atenção à ordem tributária - e essa é uma contribuição que o Ministério Público tem dado para as finanças do estado -, fortalecendo nossa atuação. No final do ano passado e no início deste ano ampliamos as Promotorias Regionais, ou seja, inserimos algumas comarcas que não estavam inseridas nessas Promotorias Regionais e esperamos que isso dê muito mais efetividade, pois de acordo com as nossas estatísticas, as Promotorias Regionais da Ordem Tributária tinham uma produção muito maior do que aquelas que não faziam parte dessas regionais, porque o promotor submetido a muitas atividades, especialmente os promotores das comarcas pequenas, que fazem a clínica geral e atendem infância, juventude, meio ambiente, consumidor, crime e tudo o mais, acabavam não conseguindo dedicar-se com atenção a esse assunto que, a nosso ver, é bastante importante, pois tem a ver com as finanças e com a saúde financeira do estado.

No ano passado foram propostas 1.021 ações penais envolvendo a busca de R\$ 305,84 milhões sonegados. São valores que possivelmente recuperaremos para o estado.

Também é importante ressaltar a atuação do promotor de Justiça que recebe essas informações da secretaria da Fazenda: ele notifica o empresário e antes da proposição da ação tenta uma

composição para que não seja impetrada a ação penal. Com essa simples ação do Ministério Público, foram recolhidos, no ano passado, aos cofres do estado R\$ 46,607 milhões e houve o parcelamento de R\$ 47,304 milhões. Provavelmente uma boa parcela já foi paga, ou seja, praticamente R\$ 90 milhões já foram recuperados para os cofres públicos com essa ação do Ministério Público.

O número de solicitações de apoio ao Centro da Ordem Tributária foi bastante significativo, somando 887.

As operações nessa área foram as seguintes:

- No Dia Nacional de Combate à Sonegação Fiscal foram oferecidas 136 denúncias envolvendo a busca de R\$ 124,27 milhões sonegados. A ação contou com a participação de 40 promotores de Justiça.

- "Viagem 81": operação desarticulou esquema de comércio de bebidas sem emissão de notas fiscais no oeste do estado que teria sonegado cerca de R\$ 60 milhões.

- Promotorias Regionais: ampliada a área de abrangência das Promotorias Regionais da Ordem Tributária para garantir o efetivo combate à sonegação fiscal em todas as Comarcas de Santa Catarina.

Mas o efeito secundário, o efeito pedagógico disso, que deve ser destacado e que a própria secretaria da Fazenda demonstra, é que toda vez que há alguma ação em algum setor o valor, o índice de contribuição naquela área aumenta significativamente, e sobre isso v.exas. podem consultar a secretaria da Fazenda.

No setor de combustíveis, após uma ação desse tipo, de um dia para o outro o valor que é arrecadado cresce de forma significativa. Temos um exemplo disso na área naval, de combustíveis e em outras, que a própria secretaria da Fazenda nos relata. É impressionante o efeito pedagógico, o efeito secundário que essas ações produzem para o estado.

Na área da moralidade administrativa, temos ações em termos de ajustamento de conduta propostas pelo Ministério Público. Foram 115

ajustamentos de conduta e isso demonstra que o Ministério Público procura conversar com as partes e resolver de forma amistosa antes de propor as ações.

A grande vantagem do ajustamento de conduta e daqueles termos que mostrei para v.exas. que o nosso conselho superior analisa - e já estamos em 3.500 TACs - é que cai sensivelmente o número de ações judiciais que teríamos que propor. A lei confere ao Ministério Público a possibilidade de ajustar. O direito é do estado ou da sociedade e não do Ministério Público, que estabelece o modo, as condições e as formas e ajusta alguma irregularidade que há, o que é bastante interessante para a sociedade.

No caso da moralidade administrativa, temos 115 formas que foram resolvidas consensualmente. Houve a propositura de 254 ações civis públicas, algumas também não são possíveis de transação, e 49 denúncias na área da moralidade administrativa.

Ainda na área da moralidade administrativa, por sugestão do Ministério Público de Santa Catarina, a Corregedoria Nacional do Ministério Público indicou ao projeto de Justiça Plena a ação que trata da fraude envolvendo a construção da ponte Pedro Ivo Campos. Então, há a expectativa de que haja um julgamento em breve daquele processo, que vem-se arrastando há muitos anos.

Também foi firmado um TAC com a Assembléia Legislativa para regularizar a questão do controle de frequência dos servidores, que vem sendo cumprido. Inclusive, o Ministério Público em breve deverá vir conversar com o presidente para fazer o devido acompanhamento desse TAC, pois todos os ajustes de conduta instaurados são acompanhados até o seu efetivo cumprimento.

Ano passado, com a participação da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, foi realizado em Florianópolis um encontro dos estados do sul do país para debater o combate à corrupção no Dia Internacional contra a Corrupção.

Na área da infância e da juventude, da qual a Assembléia Legislativa é uma grande parceira do

Ministério Público, desenvolvemos várias atividades juntos. Seguem-se os dados dessa área:

1. Notícias de atos infracionais.....	23.347
2. Representações.....	3.195
3. Remissões.....	6.594
4. Requerimentos de internação provisória	311
5. Ações Cíveis Públicas.....	151
6. Ações cíveis.....	1.614
7. Solicitações apoio atendidas pelo CIJ..	952

Representação é o oferecimento de abertura de processo contra a infância, contra adolescentes. Remissões são perdões concedidos por prática de ato infracional mediante algumas condições, ou seja, prestação de serviços para a comunidade, frequência na escola, tratamento e algumas outras condições que se imputa aos adolescentes.

Isso desmistifica um pouco aquela história de que adolescente não sofre consequência nenhuma. Ao contrário, os adolescentes sofrem, sim. Temos praticamente 10 mil adolescentes que sofreram alguma consequência, que foram responsabilizados por seus atos. Há uma demanda grande, o que demonstra que efetivamente há a tomada de medidas contra os adolescentes.

Quanto aos requerimentos de internação provisória temos problemas, pois não há locais para interná-los. Muitos desses adolescentes necessitam ser internados, precisam ser retirados provisoriamente do convívio social, até para segurança da sociedade e do próprio adolescente, mas estamos com dificuldade de espaço. Contudo, em tratativas com o governo do estado, percebemos a boa vontade que há em resolver esse problema.

Também já havia falado para v.exas. que foi instaurado inquérito civil para apurar as condições de programas para acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto. Esse é um trabalho que realizamos em conjunto com o próprio Tribunal de Justiça e que teve início no ano passado, mas é um trabalho bastante longo, que provavelmente ainda perdurará ao longo de todo este ano, para depois, então, proporem-se

políticas para a Assembleia Legislativa e para o Poder Executivo, a fim de tentar melhorar essa condição.

Temos alguns dados de um programa nosso denominado Apoia, que registrou 6.347 casos de evasão escolar. Desses, por intervenção do Ministério Público, 5.400 retornaram à escola, 897 infelizmente ainda não retornaram e 42 ainda estão em acompanhamento.

Com relação ao FIA, os promotores de Justiça são contribuintes, e ontem mesmo já divulgamos para todo o estado, através do nosso portal, página especial para orientar e incentivar a sociedade a realizar doações dedutíveis do Imposto de Renda.

Temos ainda programas de combate à violência sexual infanto-juvenil. O material produzido - 20 mil *folders* e 5 mil cartazes com esclarecimentos - já foi distribuído.

A campanha contra a pedofilia na internet iniciou nova fase com a impressão de 100 mil cartazes e 750 mil *folders* explicativos em parceria com a Alesc. A campanha conta ainda com o apoio da Escola do Legislativo e da ONG SaferNet/Brasil.

Através do Disque 100, os promotores de Justiça receberam do CIJ 1.883 denúncias, sendo 42,2% de violência física ou psicológica; 25,4% de abuso sexual; 21,9% de negligência e 10,4% de exploração sexual.

A área da infância, também é uma área que a Constituição diz que é prioridade absoluta e que o Ministério Público tem procurado dar atenção e prioridade, efetivamente.

Na área ambiental hoje, e v.exas. sabem disso, há grande procura porque a sociedade está motivada. Assim, foram firmados, ano passado, 240 TACs - Termos de Ajustamento de Conduta -, de forma consensual com os infratores; foram propostas 236 ações; foram realizadas 1.032 transações penais em razão de crimes ambientais de menor potencial ofensivo, os quais se procura resolver sem aplicação de pena, mediante algumas condições apenas.

Foram oferecidas 994 denúncias por crimes ambientais. Também o nosso centro de apoio foi, bastante demandado, com 701 solicitações de atendimento.

Ainda no ano passado criamos o Grupo de Atuação Especial de Proteção aos Animais. Destaco também que Santa Catarina tem uma mácula perante o Brasil, que é a questão da farra do boi. O Ministério Público, a Cidasc, a Polícia Ambiental, as SDS e vários outros organismos têm trabalhado no combate a essa prática de forma parceira. O ano de 2011, segundo avaliação da Polícia Militar, foi o ano em que houve menor incidência de casos de farra do boi, ou seja, estamos conseguindo superar esse problema. Inclusive, agora estamos com uma campanha que está sendo trabalhada, porque é nesse período, efetivamente, que a farra do boi acontece e a sociedade está começando a se conscientizar de que é um crime e que a sociedade em geral não o mais aceita. É um hábito cultural, mas que nós temos que superar.

Na questão do saneamento, ainda na área do meio ambiente, o Ministério Público fez um trabalho muito grande. Hoje, todo o estado já está bastante avançado, pois modificamos uma realidade na qual Santa Catarina tinha o segundo pior índice de saneamento básico do Brasil, só perdia para o Espírito Santo, tendo uma média de apenas 8% de tratamento dos seus efluentes, enquanto a média nacional é 44%. Não tenho os dados atuais de Santa Catarina, mas tenho certeza de que já devemos estar com uma cobertura de 16% e em curto espaço de tempo deveremos estar entre os melhores do país.

Pelo programa Lixo nosso de cada dia, tiveram início as tratativas que culminaram, em 2012, com o convênio com a Abes para avaliar os aterros sanitários do estado. Hoje praticamente não existem mais lixões, porque quase todos os municípios ou têm aterro sanitário ou estão dando a destinação correta aos resíduos, o que já é um avanço.

Com relação à regularização fundiária, também em parceria com o estado estamos fazendo um

trabalho para regularizar e procedendo à capacitação, realizando seminários para resolver esse problema.

Há também uma atuação bastante grande na questão das reflorestadoras, pois há alguns anos já se vem fazendo ajustamentos de conduta. Com isso, áreas de preservação permanentes que são áreas nobres e importantes, especialmente para proteção dos nossos mananciais, estão sendo recuperadas. No ano passado, com uma só empresa, foram 285ha de áreas de preservação permanente que já começaram a ser recuperadas. Em 2008 ou 2010 foram 2.400ha numa só empresa, praticamente 1% do território de Santa Catarina.

Então, são valores muito significativos e essas questões estarão bastante adiantadas num curto espaço de tempo, coisa de cinco, seis anos, na nossa estimativa. Até aqueles índices vistos na imprensa recentemente, de que o estado estaria desmatando muito, inclusive áreas de preservação permanente, vamos conseguir reverter, demonstrando que estamos recuperando áreas de grande valor biológico e ambiental.

Na área do consumidor, temos 270 TACs firmados, 39 transações penais, 54 ações civis públicas, 184 denúncias e quase quinhentas solicitações de apoio.

Entre os programas desenvolvidos na área, temos o POA (Programa de Controle dos Produtos de Origem Animal), que é referência e está sendo levado, inclusive, pelo ministério da Agricultura para ser paradigma em todo o Brasil. Para os senhores terem uma ideia, foram apreendidos 109 mil quilos de produtos impróprios que estariam colocando seriamente em risco a saúde da nossa sociedade. Ontem, inclusive, num município da Grande Florianópolis foi feita mais uma operação na qual foram apreendidos mais de 500kg de produtos impróprios para a saúde.

O grande problema da comercialização desses produtos é efetivamente a saúde pública, mas há também a questão dos tributos, pois muitos deles não passam pelo crivo dos órgãos fiscalizatórios,

então, é a qualidade, a concorrência, a sonegação de tributos e tantas outras coisas.

Por isso, esses programas são feitos através de força-tarefa em companhia da Cidasc, da Polícia Ambiental, da Polícia Militar e da secretaria da Fazenda. Assim, quando se faz alguma operação, todos os órgãos participam porque o Ministério Público tem priorizado a atuação em conjunto com vários órgãos efetivamente.

Também na questão dos agrotóxicos que envolvem tanto a saúde quanto a qualidade dos produtos, o Ministério Público, no ano passado, desenvolveu e continua fazendo um trabalho de acompanhamento e avaliação desses produtos.

O comércio de GLP da mesma forma. Na questão dos combustíveis, foram realizados 330 laudos técnicos no ano passado. E aqui outro dado importante: Santa Catarina é considerada no Brasil como tendo uma das melhores qualidades de combustível por conta desse acompanhamento, dessa fiscalização que é feita pelo Ministério Público em parceria com universidades, com o Inmetro e outros órgãos que fazem o controle da qualidade. Mensalmente são visitados postos de gasolina, é colhido material e feita a análise. Por conta disso, a qualidade melhora e não temos problemas como os que vimos no Rio de Janeiro, no ano passado, quando combustível adulterado foi encontrado em vários estabelecimentos.

Na área da cidadania e fundações, foram assinados 95 TACs, impetradas 470 ações civis públicas, sendo que 339 versam sobre saúde. Essa área engloba saúde, idosos, portadores de deficiências, fundações, e é chamada de vala comum, pois tudo aquilo que não tem uma atribuição específica acaba caindo na cidadania e fundações.

Nessa área o Ministério Público faz fiscalizações e acompanhamentos. Foram fiscalizadas 192 fundações cadastradas no Sistema de Cadastro de Prestação de Contas; foram inspecionadas 97 comunidades terapêuticas, ou seja, todas as comunidades terapêuticas cadastradas na Vigilância Sanitária foram fiscalizadas e visitadas pelo Ministério Público,

no sentido de verificar as condições, orientar, cuidar e ver se as condições higiênicas e sanitárias estão sendo atendidas.

Em relação à acessibilidade, também estamos trabalhando. No ano passado foi feito um seminário em Chapecó sobre o tema fiscalização de internação psiquiátrica involuntária.

Na defesa civil, também em conjunto com alguns órgãos do estado, estamos fazendo algumas ações. No ano passado, durante aquelas tragédias, houve um acompanhamento bastante intenso pelo Ministério Público, especialmente na defesa dos direitos fundamentais dos atingidos. Estivemos lá orientando os promotores que se envolveram também na campanha juntamente com outros órgãos.

Também foi criado um grupo para capacitação e acompanhamento da problemática das drogas ilícitas, a fim de orientar os membros e servidores do MP, pois, como os senhores viram nos dados anteriores, o problema do tóxico e das drogas é uma das grandes mazelas que afeta o estado de Santa Catarina.

Sobre o controle de constitucionalidade, já que entre as atribuições do Ministério Público está também a segurança jurídica, cabe-nos verificar se as normas em nosso estado estão de acordo com a Constituição Federal, se as normas estaduais estão de acordo com a Constituição Estadual ou se as normas municipais acompanham também as demais normas hierarquicamente superiores.

Recebe também denúncias e representações sobre isso, e no ano passado emitiu 146 pareceres; propôs 29 Adins; 26 contratos legislativos municipais e três estaduais; uma representação à Procuradoria-Geral da República e também 120 solicitações de apoio.

Já encerrando, temos o nosso Ceaf, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento, que é um órgão encarregado da capacitação, do treinamento e do aperfeiçoamento dos nossos membros e servidores para prestação de serviços à população. Ele tem sido um órgão bastante ativo e efetivo nos últimos tempos, ministrando, especialmente em parceria com

a ENA, Escola Nacional de Administração, diversos cursos para os nossos membros e servidores, visando à melhoria da qualidade do serviço e também realizando cursos.

O Ceaf também realiza cursos de preparação e de aperfeiçoamento para os membros, especialmente para os membros recém-ingressos na carreira, quando é feito todo um acompanhamento e orientação com eles. Realizou 47 cursos no ano passado, muitos deles abertos ao público em geral. Fazemos cursos, inclusive, com a participação do Tribunal de Contas, com a secretaria de Segurança Pública, envolvendo a Polícia Civil e a Polícia Militar, com a secretária da Fazenda, enfim, com vários órgãos. Quando o Ministério Público faz os cursos, a secretaria do Desenvolvimento Social também tem sido uma das nossas parceiras e tem participado dos mesmos.

O nosso Ceaf, além de toda a capacitação e aprimoramento, trabalha com a questão histórica do Ministério Público, pois cuida do Memorial do Ministério Público e já lançou um livro que os senhores receberam, no qual relata memórias do MP envolvendo depoimentos dos procuradores-gerais.

Já está no prelo também um novo livro, que trata das histórias do general Vieira da Rosa, que conta a história da Guerra do Contestado, um fato importante na história de Santa Catarina, pois estamos, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, tentando resgatar essa parte da nossa história.

Srs. deputados, em resumo, como disse, era o que queria trazer à Assembleia Legislativa. Outros dados e informações estão no material impresso e o Ministério Público fica à disposição para prestar outras informações aqui ou posteriormente, quando v.exas. quiserem.

O Ministério Público é um órgão da sociedade. Assim como os integrantes da Assembleia são os representantes da sociedade, nós, do Ministério Público, somos os defensores da sociedade por delegação dos legisladores. Então, penso que esta conversa entre o Ministério Público e a Assembleia

Legislativa é para a sociedade catarinense muito importante e saudável e devemos estreitá-la.

Quero agradecer a atenção de todos os srs. parlamentares, a forma gentil, respeitosa, carinhosa com que sempre trataram o Ministério Público todas as vezes que aqui estivemos, bem como nossos colegas. Não podemos deixar de registrar, agradecer e esperar que a reciprocidade se dê também do Ministério Público com os senhores.

Todas as vezes que assuntos do interesse do Ministério Público tramitam nesta Casa, especialmente projetos de lei para criação de cargos tanto na nossa estrutura administrativa quanto nas Promotorias de Justiça, tem sido dada prioridade, a tramitação é ágil, desburocratizada. Percebemos que os parlamentares fazem um esforço grande para que os projetos tramitem facilmente. Agradecemos por isso também.

Estamos honrados por estar aqui neste momento, por compartilhar esses dados com os senhores, pois eles são também da Assembleia e da sociedade catarinense. Esperamos estar desincumbindo a contento a função que nos deram os legisladores, que é a defesa dos interesses da sociedade. Esperamos também, de alguma forma, ter contribuído e estar contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, para a construção da paz social, para a preservação dos direitos fundamentais de toda a sociedade catarinense, enfim, para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e melhor. Esse é o propósito do Ministério Público, o nosso esforço e por isso estaremos sempre à disposição de todos, especialmente dos deputados de Santa Catarina.

Muito obrigada pela atenção e fico à disposição.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em nome de todos os srs. deputados estaduais, esta Casa quer agradecer ao dr. Lio, aos procuradores adjuntos e ao corregedor do Ministério Público a presença e o relatório apresentado.

Quero dizer da alegria em tê-los aqui, cumprindo o preceito constitucional e, mais do que isso, cumprindo a obrigação que todos nós temos de fornecer à sociedade catarinense as informações sobre o que ocorre no dia a dia das instituições.

Muito obrigado!

No ano que vem novamente estaremos aguardando-os para termos o relatório de 2012, que será de muito trabalho em prol da sociedade catarinense. Esta Casa sente-se honrada em ser, ao longo da história, parceira no interesse público do Ministério Público.

Esta Presidência encerra a presente sessão e logo em seguida reabrirá a sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.